

Presidente perde em uma hora dois anos de mandato

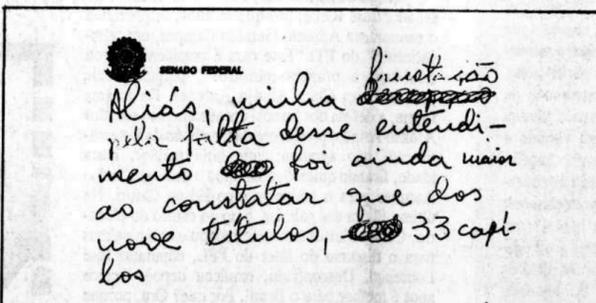
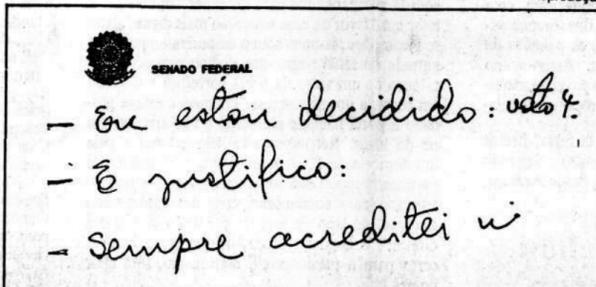
BRASÍLIA — O presidente José Sarney perdeu dois de seus seis anos de mandato — ele admitia ficar apenas sem um — em pouco mais de uma hora de discussão na Comissão de Sistematização do tempo que deveria permanecer no poder. Tudo aconteceu entre um discurso do senador José Richa (PMDB-PR), às 11h35min, e um outro do relator da própria Sistematização, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), às 12h38min.



golpes no passado. O atual presidente tem que ter a compreensão de que é o presidente da transição.

Nesse instante, o plenário e as galerias começaram a aplaudir Richa de pé. Ele precisou esperar alguns minutos para que o silêncio se restabelecesse: "Ou nós vemos o quadro com clareza ou estamos correndo o risco, por incompetência, por medo, ou outras razões, de transformar a crise política em crise institucional. Procuramos entendimento com o presidente, mas todas as nossas tentativas foram em vão. Corri riscos com a minha imagem de homem público quando defendi seis anos de mandato para o presidente em troca do parlamentarismo. Estou frustrado. Fomos capazes de produzir entendimento em todo o projeto constitucional, menos no mandato do presidente."

Para concluir, Richa deu uma pequena parada. "Quero quatro anos de mandato", arrancando aplausos e por algum tempo as palavras de ordem: "Diretas já, diretas já."



Richa fez rascunho das teses que defenderia no plenário



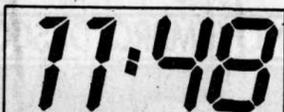
Richa mudou de idéia e votou por mandato de quatro anos



Arinos apelou pela justiça, mas perdeu batalha plenária

Arinos aponta contradições

Argumentando que falava "menos pela vitória do que pela justiça", o senador Afonso Arinos abandonou por alguns minutos a presidência da Comissão de Sistematização para usar a tribuna, às 11h48min, e encaminhar contra a emenda Jorge Hage que fixou em quatro anos o mandato do presidente Sarney.



esgotado o que provocou reação imediata de Arinos:

— Alguém está infringindo o meu tempo? — Seu tempo está esgotado há algum tempo — respondeu Cardoso. — Eu sou o presidente da Comissão e infringo o tempo de todos. Vou terminar de falar — retrucou Arinos e encerrou o seu pronunciamento: — No ano que vem teremos campanha para presidente quando estaremos implantando um regime parlamentar. O povo não entende o que eu digo, mas os senhores entendem, e estão querendo esconder essa realidade. Pelo parlamentarismo, é impossível os quatro anos.

A batalha não vale só pela vitória, mas vale pela justiça. Depende de mim enfrentar com serenidade e calma as divergências e é com essa convicção que eu vou falar, ninguém vai me impedir — disse com veemência o senador, batendo sucessivamente na tribuna.

Revelou que era a terceira intervenção que fazia da tribuna e, como das duas primeiras, "venho em defesa do parlamentarismo. O mandato de quatro anos é a condenação do parlamentarismo". Nesse momento, o senador Fernando Henrique Cardoso acionou a campanha para avisar que o tempo de Arinos havia



Covas citou argumentos de Arinos e ganhou a guerra

Covas lembra povo e justiça

Ao discursar a favor dos quatro anos, às 12h, o líder do PMDB, senador Mário Covas, recorreu ao que classificou "uma pérola do pronunciamento do nobre senador Afonso Arinos. Prefiro a vitória com Justiça". Ele se referia ao fato de Arinos ter dito que falava "menos pela vitória do que pela justiça." Covas lembrou que "a tarefa da transição é levar para a decisão do povo a disputa pelo poder."



O senador disse: "As diretas já são um ato impessoal e de justiça, porque foi a sabedoria do povo que nos autorizou a ir ao Colégio Eleitoral. Por isso, aquela delegação tem que ser cumprida e só o será com eleições presidenciais, para dar fim à transição. Um político pode ser derrotado por um princípio, mas não pode ser desonrado por abrir mão de um princípio."

Covas lembrou as palavras do presidente Tancredo Neves, que assumiu o

compromisso de governar por quatro anos para fazer a transição: "Não aceito dois anos, porque menos que quatro é impossível e mais é autoritarismo." Arrancando aplausos das galerias, Covas disse que não era possível "fazer casuismo em nome da Justiça."

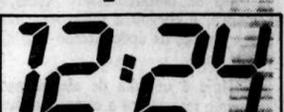
Para encerrar, alertou: "Se adiarmos a eleição direta, iremos incorrer num cinismo, o mesmo de quem faz a oração: Oh, Madona, vós que conseguistes conceber sem pecado, ajudai-me a pecar sem conceber". Vamos votar pelos quatro anos". Essa afirmação provocou novas palavras de ordem de "diretas já".



Lourenço preferia eleições gerais depois da nova Carta

Lourenço arranca aplausos

Quem mais surpreendeu o plenário ao subir à tribuna foi o líder do PFL, deputado José Lourenço, que, de forma incisiva abriu seu pronunciamento, às 12h24, contra o mandato de quatro anos com a exclamação: "Diretas já", sendo imediatamente aplaudido de pé pelo plenário e pelas galerias que começaram a gritar "diretas, já". Logo após, Lourenço concluiu: "Diretas já, sim, mas para todos", provocando uma nova onda de manifestações de solidariedade.



O senador Afonso Arinos precisou interferir dizendo que não conseguia "manter a disciplina no plenário, enquanto as galerias estão na maior ordem, com um comportamento exemplar". Acalmados os ânimos, Lourenço prosseguiu: "Vitória sim; se possível, justiça. Acabo de assinar uma proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima prevendo eleições gerais para todos, em nome da conciliação, porque quatro anos é casuismo".

Sem a veemência habitual, mostrando que estava se controlando, o líder do PFL disse que "todos fomos eleitos pela Constituição em vigor, inclusive o presidente. Se houver diminuição de mandato tem que ser para todos". E desafiou o plenário: "Quem aqui fez campanha dizendo que votaria em parlamentarismo?" — Eu fiz, gritou o deputado Edmilson Valentim (PC do B-RJ), sendo seguido por toda a bancada do PC do B e pelos deputados Cristina Tavares (PMDB-PE), João Herrmann (PMDB-SP) e outros: Lourenço concluiu dizendo que as instituições não estão consolidadas: "Só fortalecidas".

Medo de suicídio e renúncia rondou madrugada de Richa

Bob Fernandes

Na madrugada de ontem dois fantasmas ameaçavam a emenda que convoca eleições diretas para presidente em 88; o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Este foi o assunto numa "quibada" no apartamento do senador José Richa (PMDB-PR), nos telefonemas trocados pelos governadores Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco, e numa frenética sucessão de acordos, desacordos e espionagens. Mas, quando o domingo amanheceu, cinzento e chuvoso na capital, o destino do governo do presidente Sarney já estava selado; quatro anos.

Naquele momento, Arinos lembrou-se de 23 de agosto de 1954, véspera do suicídio de Getúlio, quando, como líder da UDN, fez duro discurso contra Vargas. No restante da noite de sexta, os senadores Richa e Mário Covas (PMDB-SP), os condutores da batalha pelos quatro anos, preocuparam-se com a possibilidade da renúncia, que levaria a eleições em 30 dias, como prevê a Constituição em vigor. Arinos, depois da conversa com Alves, fixou-se definitivamente nos cinco anos. O fantasma da renúncia só seria exorcizado na madrugada de ontem.

Passavam 15 minutos da meia-noite quando Richa, ao falar da crise que surgiria com uma hipotética renúncia e convocação de eleições, ouviu do jornalista José Augusto Ribeiro: "Mas senador, vocês têm o projeto de decisão. Ele pode tudo, inclusive adiar as eleições até quando bem entenderem. O vice, que no caso é o Ulysses, poderia assumir e vocês concluiriam a Constituinte." Richa, de imediato, saiu pela porta da cozinha de seu apartamento e chegou à porta dos fundos do vizinho, Mário Covas.

A luz estava acesa, mas o barulho da

chuva impedia-o de saber se havia movimento. Richa colou o ouvido na porta e, para seu espanto, a porta abriu-se. "O senhor quase me mata de susto", lhe disse uma apavorada Cida, empregada de Covas. "Desculpe, preciso falar com o Covas urgente. Ele está acordado?", indagou Richa. Covas estava na sala de TV, com a mulher, Lila. Pouco depois de uma rápida conversa, já não havia fantasmas. "Temos o projeto de decisão, e olha que eu o achava perigoso no início da Constituinte", comemorou Richa.

Insônia — Se o senador paraense adormeceu depois de diante da TV, quando a corrida de Fórmula-1, na Austrália, chegava à sua sétima volta, no apartamento 401 da superquadra 202, bloco I, um deputado baiano não conseguiu dormir. Era Celso Dourado, do PMDB. Pressionado pelo governo, contactado em telefonemas pelo governador da Bahia, Waldir Pires, que não lhe pediu voto, mas disse que fechara com os quatro anos, Dourado só tomaria sua decisão quando o dia clareava:

"Não dormi um segundo. Entrei num processo de crise muito grande. Conver-

sei muito com meu filho, Ricardo, e acabei decidindo. Não poderia, apesar de minhas convicções de parlamentarismo como cinco anos, votar contra meu partido, contra o povo, e ao lado de velhos adversários" — contou.

Dourado, porém, não seria o único voto capturado ao telefone por Waldir Pires. Outros partidários do parlamentarismo com cinco anos, como os deputados Francisco Pinto e Virgildásio Sena, terminariam sendo convencidos a compor a unidade da bancada baiana. Francisco Pinto recebeu ainda um outro telefonema, do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que montou uma "operação de guerra" em favor dos quatro anos.

Isto ficaria claro quando, na sexta-feira à tarde, desembarcou no plenário o deputado estadual Marcus Cunha, recém-nomeado chefe da Casa Civil de Arraes. Ele vinha com uma missão: "consequir a unidade, não apenas do PMDB, mas da frente popular de Pernambuco, em torno dos quatro anos". Na noite da mesma sexta-feira, após uma conversa em seu apartamento, Oswaldo Lima Fi-

lho (PMDB), parlamentarista de cinco anos, decidiu:

"Fico com minhas convicções e com a unidade de Pernambuco. Retiro-me da Sistematização e sugiro o Maurílio Ferreira Lima em meu lugar." Na manhã seguinte a operação seria completada. Marcus Cunha colheu assinaturas de toda a bancada, indicando Maurílio, e foi a Covas: "Pronto. Pode trocar."

Barganha — Estavam revertidos quatro decisivos votos, pelos quatro anos, nas bancadas de Bahia e Pernambuco. "Mas precisávamos mais, poderia haver surpresas", relata Covas. Ele e Richa ganharam então mais dois votos. Fernando Coelho (PFL-PE), a quem o presidente Sarney e dois ministros haviam telefonado, pressionando, terminou dizendo a Richa: "Estou fechado, é quatro." Isto às 9 da manhã de ontem.

Pouco depois, o deputado Siqueira Campos (PDC-GO) garantia a Covas: "Se a emenda que cria o estado de Tocantins for a voto antes da emenda das diretas e vencer, com apoio de vocês, voto nos quatro." A emenda que criou o estado de Tocantins foi votada e saiu

vencedora. Siqueira Campos cumpriu o que prometera. Quando Mário Covas, que há oito meses defendia os quatro anos quase solitário na Constituinte, subiu à tribuna, um detalhe demonstrava sua despreocupação e convicção na vitória.

Covas falou descalço. Ao longo de 25 minutos de seu discurso permaneceu de meias. Segundo Lila, sua mulher, "desde Cristo, os que acreditam no quê falam andam descalços". Covas, no entanto, obedecendo conselhos médicos, deixou livre a circulação sanguínea. Na sexta-feira, quando decidiu defender em tribuna o mandato de quatro anos, comentou: "Não sei se o coração aguenta, mas vou."

Quem não agüentou a emoção foi a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que por três vezes mudou de posição. Esteve com os quatro anos até a sexta, mudou para os cinco ontem de manhã e, às 11h46min, quando Richa acabou de falar, estalou-lhe um beijo no rosto, declarando: "Você me convenceu. Voto nos quatro." Richa emocionou-se e respondeu: "Então, vencemos".

Restaurante é palco da festa de vitoriosos

Num ambiente que há dois dias estava ocupado pelos dirigentes da UDR (União Democrática Ruralista), o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, foi lançado candidato a presidente da República. Os seguidores de Covas, principal beneficiário da vitória dos quatro anos, escolheram o restaurante Piantella (ex-Tarantella) para comemorar ruidosamente. O deputado Ulysses Guimarães, que fez a fama do restaurante nos tempos de oposição mas ontem apoiava os cinco anos, não estava presente e só foi lembrado por um comentário de dona Lina, mulher de Covas.

Agora o Ulysses vai aprender a perder. A alegria dos covistas era generalizada. "Estou em estado de graça, quase levitando", disse o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), autor da emenda que permitiu a aprovação dos quatro anos. "Desde a campanha das diretas não tínhamos um clima desses. Vamos comemorar", exultava o deputado Mario Teixeira (PMDB-RJ). "A Constituinte foi eleita num dia 15 de novembro e foi em outro 15 de novembro que ela se libertou", comparava o deputado Antônio Brito (PMDB-RS).

O dono da festa, Mário Covas, sorriu meio constrangido quando os parlamentares presentes brindaram em sua homenagem e, em coro, gritaram "Covas presidente". Ainda se refazendo de uma operação no coração, a alegria do senador foi liberada comedidamente. "Acredito que o Sarney deva fazer uma outra reforma ministerial, para se recompor com a Constituinte", dizia Covas.

Para sua mulher, Lila, a alegria era total. "Hoje, não quero nem saber, é dia especial. Pode servir sorvete para o Mário", autorizou ao garçom quando o marido pediu um sorvete com calda de chocolate fugindo ao severo regime que os médicos impuseram e ela vigia energicamente.

As histórias — Cada deputado tinha uma história para contar. Um voto virado, um detalhe dos discursos, uma aposta — tudo era motivo de festa. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) lembrava o diálogo antológico que travou com seu colega Nilson Gibson (PMDB-PE) tentando convencê-lo a trocar os cinco anos pelos quatro.

Gibson, você sempre foi um oportunista. Vote com a gente que nós vamos ganhar — provocou Cristina Tavares.

Eu vou votar com os cinco anos, que vão ganhar. Aposto o meu carro contra o seu — respondeu, pragmático, Nilson Gibson.

Um voto curioso lembrado no restaurante foi o do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que

freqüentou a linha dura no regime militar. Ele votou em quatro anos por um motivo que só o deputado Jutahy Magalhães Jr. (PMDB-BA) conseguiu explicar: "Ele me disse que votou com quatro anos porque isso facilitaria a criação do Estado de Tocantins."

Entre goles de chopes e garfadas de filé à La Broche com arroz e batata frita, foi recordado ainda, com irritação, um comentário do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) quando o senador Mário Covas subiu à tribuna para discursar em favor dos quatro anos na sessão da Constituinte.

Olha o coração — provocou Tinoco na hora.

Olha o respeito — gritou Antonio Brito. Olha a carteira, seu salafário — acrescentou Miro Teixeira.

A posição de Sarney era a grande incógnita. Os vencedores não sabiam como se comportaria o perdedor. "O Afonso Arinos acha que ele pode renunciar", informava o deputado Jutahy Jr. "Uma coisa é certa: amanhã o cafezinho vai ser servido um pouco mais frio no Planalto", ironizava Miro Teixeira. A alegria de todos os presentes — entre eles os deputados Ana Maria Rates (PMDB-RJ), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Nelson Friederich (PMDB-SC), Roberto Freire (PCB-PE), Moema São Tiago (PDT-CE) e João Herrmann (PMDB-SP) — só ficou um pouco menor na hora da conta, bem salgada: CZ\$ 700,00 por pessoa.